



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 305, DE 2023

(Da Sra. Silvia Cristina)

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi, no Estado de Rondônia.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-89/2022.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. SILVIA CRISTINA)

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criadas nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi, no Estado de Rondônia, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento de sua região de influência e com o objetivo de incrementar as relações com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana:

Art. 2º As Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC abrangem a totalidade das superfícies territoriais dos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi, onde serão instaladas respectivamente.

Parágrafo único. O Poder Executivo fará demarcar os locais próprios para entrestamento de mercadorias a serem comercializadas internamente, nas referidas Áreas de Livre Comércio, reexportadas ou internadas para o restante do território nacional.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operar nessas áreas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

Apresentação: 07/02/2023 10:03:22.633 - Mesa

PL n.305/2023

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC far-se-á com suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando forem destinadas a:

I – consumo e venda interna nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO, e de Cabixi – ALCC;

II – beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – processamento industrial, em seu território, com nível de agregação de valor econômico de acordo com as normas específicas para este tipo de destinação de mercadoria importada;

IV – agropecuária e piscicultura;

V – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

VI – estocagem para comercialização no mercado externo;

VII – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

- a. armas e munições de qualquer natureza;
- b. automóveis de passageiros;

exEdit
CD237017193800





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

- c. bebidas alcoólicas;
- d. perfumes;
- e. fumos e seus derivados.

Art. 5º As importações de mercadorias destinadas às Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC estarão sujeitas à guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao desembaraço aduaneiro.

Parágrafo único. As importações de que trata o este artigo deverão contar com a prévia anuência do órgão gestor das políticas públicas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços e das políticas de comércio exterior, na forma do regulamento.

Art. 6º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional será considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 7º Os produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no caput do art. 4º.

§ 1º Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

Apresentação: 07/02/2023 10:03:22.633 - Mesa

PL n.305/2023

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata o este artigo os produtos abaixo, compreendidos nos capítulos e nas posições indicadas da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM):

I – armas e munições: capítulo 93;

II – veículos de passageiros: posição 8703 do capítulo 87, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;

III – bebidas alcoólicas: posições 2203 a 2206 e 2208 do capítulo 22;

IV – fumo e seus derivados: capítulo 24.

Art. 8º Os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no caput deste artigo somente se aplica a produtos em cuja composição final haja predominância de matérias-primas de origem regional provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do capítulo 26 da NCM, ou agrossilvipastoril, observada a legislação ambiental pertinente e definida em regulamento.

§ 2º Excetuam-se da isenção prevista no caput deste artigo as armas e munições e o fumo.

§ 3º A isenção prevista no caput deste artigo aplica-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pelo órgão gestor de que trata o art. 10 desta Lei.

Art. 9º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara

* CD 237017193800 *
exEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

– ALCCO e de Cabixi – ALCC para empresas ali estabelecidas, fica equiparada à exportação.

Art. 10. Estão as Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, sob a administração do órgão gestor das políticas públicas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços e das políticas de comércio exterior, que deverá promover e coordenar sua implantação e funcionamento.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, às Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, a legislação pertinente às demais áreas de livre comércio existentes no País.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regime aduaneiro especial para as mercadorias estrangeiras destinadas às Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, assim como para as mercadorias delas procedentes.

Art. 12. O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações das Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Art. 13. O limite global para as importações através das Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato que o fizer para as demais áreas de livre comércio em funcionamento no País.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos, pelas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

Apresentação: 07/02/2023 10:03:22.633 - Mesa

PL n.305/2023

Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC, destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de divisas correspondentes e observados, quando reexportados, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 14. A Secretaria da Receita Federal do Brasil exercerá a vigilância nas Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro das Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC.

Art. 15. As isenções e os benefícios das Áreas de Livre Comércio de Pimenteiras do Oeste – ALCPO, de Costa Marques – ALCCM, de Corumbiara – ALCCO e de Cabixi – ALCC serão mantidos enquanto estiverem em vigência isenções e benefícios similares concedidos às demais áreas de livre comércio existentes no País.

Art. 16. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no seu art. 16.

* CD 23 7 0 1 7 1 9 3 8 0 0 *

ExEdit





JUSTIFICAÇÃO

A instalação de Áreas de Livre Comércio, sobretudo em municípios localizados na faixa de fronteira, constitui medida de promoção do desenvolvimento sustentável e de diversificação da atividade econômica, notadamente dos setores da indústria e do comércio, além de constituir meio de ocupar efetivamente o território fronteiriço e de evitar atividades ilegais.

Os Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi localizam-se a sudoeste do Estado de Rondônia, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

O município de Costa Marques situa-se no vale do Guaporé e possui grande diversidade de fauna e flora e exibe atrativos turísticos em áreas protegidas e reservas extrativistas. Sua economia está baseada, sobretudo, na agricultura e no extrativismo.

A cidade de Pimenteiras do Oeste tem sua principal base econômica na pesca, em que se destaca a exportação de peixes, e no setor de turismo, com destaque para o Festival da Praia, que movimenta hotéis e restaurantes.

Já o município de Cabixi e Corumbiara, vizinhos a Pimenteiras do Oeste, têm como principais atividades econômicas o extrativismo vegetal, a silvicultura, a pecuária e a agricultura, com destaque para arroz e milho.

Apesar de não serem municípios populosos, Pimenteiras do Oeste, Costa Marques, Corumbiara e Cabixi ressentem-se da falta de investimentos que possam gerar maior número de empregos e elevar a renda de seus habitantes, com o aproveitamento do potencial econômico local.

A instalação de áreas de livre comércio nos três municípios viria a preencher tal necessidade, uma vez que poderiam ser atraídos para a região empreendimentos que utilizem produtos da biodiversidade e mão de obra locais, capazes de promover a preservação do meio ambiente e a elevação do nível de renda da população.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PL /RO

Ademais, a existência de áreas de livre comércio em municípios rondonienses localizados na faixa de fronteira do Brasil com a Bolívia também contribuiria para afastar atividades ilegais como o tráfico de drogas e o contrabando, que se aproveitam do reduzido policiamento e da baixa atividade econômica na divisa entre os dois países.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para a melhoria da relação de comércio nos municípios elencados, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada SILVIA CRISTINA



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000-05-04;101

FIM DO DOCUMENTO